

Coleção CONPEDI/UNICURITIBA

VOL. 18

Organizadores

PROF. DR. ORIDES MEZZAROBA
PROF. DR. RAYMUNDO JULIANO REGO FEITOSA
PROF. DR. VLADMIR OLIVEIRA DA SILVEIRA
PROF.^a. DR.^a. VIVIANE COELHO DE SÉLLOS-KNOERR

Coordenadores

PROF. DR. RONALDO LINDIMAR JOSÉ MARTON
PROF. DR. DEMETRIUS NICHELE MACEI

DIREITO TRIBUTÁRIO I

2014 | Curitiba





Nossos Contatos

São Paulo

Rua José Bonifácio, n. 209,
cj. 603, Centro, São Paulo – SP
CEP: 01.003-001

Acesse: www.editoraclassica.com.br

Redes Sociais

Facebook:

<http://www.facebook.com/EditoraClassica>

Twitter:

<https://twitter.com/EditoraClassica>

EDITORA CLÁSSICA

Conselho Editorial

Allessandra Neves Ferreira
Alexandre Walmott Borges
Daniel Ferreira
Elizabeth Accioly
Everton Gonçalves
Fernando Knoerr
Francisco Cardozo de Oliveira
Francisval Mendes
Ilton Garcia da Costa
Ivan Motta
Ivo Dantas
Jonathan Barros Vita
José Edmilson Lima
Juliana Cristina Busnardo de Araujo
Lafayette Pozzoli
Leonardo Rabelo
Lívia Gaigher Bósio Campello
Lucimeiry Galvão

Equipe Editorial

Editora Responsável: Verônica Gottgroy

Capa: Editora Clássica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

D597

Direito tributário I

Coleção Conpedi/Unicuritiba.

Organizadores : Orides Mezzaroba / Raymundo Juliano
Rego Feitosa / Vladimir Oliveira da Silveira
/ Viviane Coêlho Séllos-Knoerr.

Coordenadores : Ronaldo Lindimar José Marton
/ Demetrius Nicele Macei.

Título independente - Curitiba - PR . : vol.18 - 1ª ed.
Clássica Editora, 2014.

292p. :

ISBN 978-85-8433-006-5

1. Princípio constitucional– obrigação – processo.
I. Título.

CDD 341.39

XXII ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI/ UNICURITIBA
Centro Universitário Curitiba / Curitiba – PR

MEMBROS DA DIRETORIA

Vladmir Oliveira da Silveira

Presidente

Cesar Augusto de Castro Fiuza

Vice-Presidente

Aires José Rover

Secretário Executivo

Gina Vidal Marcílio Pompeu

Secretário-Adjunto

Conselho Fiscal

Valesca Borges Raizer Moschen

Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa

João Marcelo Assafim

Antonio Carlos Diniz Murta (suplente)

Felipe Chiarello de Souza Pinto (suplente)

Representante Discente

Ilton Norberto Robl Filho (titular)

Pablo Malheiros da Cunha Frota (suplente)

Colaboradores

Elisangela Pruencio

Graduanda em Administração - Faculdade Decisão

Maria Eduarda Basilio de Araujo Oliveira

Graduada em Administração - UFSC

Rafaela Goulart de Andrade

Graduanda em Ciências da Computação – UFSC

Diagramador

Marcus Souza Rodrigues

APRESENTAÇÃO	11
IMUNIDADE CONSTITUCIONAL DOS TEMPLOS DE QUALQUER CULTO (Denólia Maria Beserra Sales)	16
INTRODUÇÃO	17
AS IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS	18
DA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DOS TEMPLOS DE QUALQUER CULTO	24
A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DOS TEMPLOS DE QUALQUER CULTO SUAS EXTENSÕES E SEUS LIMITES	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	44
O PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA PODE SER APLICADO AO DIREITO TRIBUTÁRIO SANCIONADOR? (Flávio Couto Bernardes e Pilar de Souza e Paula Coutinho Elói)	46
INTRODUÇÃO	47
SANÇÕES	47
O PODER DE TRIBUTAR E AS LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR	53
DA APLICAÇÃO DAS LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR NO DIREITO TRIBUTÁRIO SANCIONADOR	57
ISONOMIA E CAPACIDADE CONTRIBUTIVA	59
CONCLUSÃO	63
REFERÊNCIAS	65
O PRINCÍPIO DO NÃO-CONFISCO E SUA ATUAL INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL (Ricardo Cavedon)	67
INTRODUÇÃO	68
A TRIBUTAÇÃO COMO LIMITAÇÃO À PROPRIEDADE PRIVADA	74
A LIMITAÇÃO, A PRIVAÇÃO E O CONFISCO DO DIREITO DE PROPRIEDADE	75
A NÃO-CONFISCATORIEDADE E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO CIDADÃO	82
A EXTRAFISCALIDADE E O EFEITO-CONFISCO	87
A INTERPRETAÇÃO ATUAL DA NÃO-CONFISCATORIEDADE	89
OS POSTULADOS E A NÃO-CONFISCATORIEDADE NO DIREITO TRIBUTÁRIO	94
OS CRITÉRIOS DA RAZOABILIDADE, DA PROPORCIONALIDADE E DA PROIBIÇÃO DE EXCESSOS	97

CONCLUSÃO	101
REFERÊNCIAS	103
JUSTIÇA FISCAL, ISONOMIA TRIBUTÁRIA E PROGRESSIVIDADE DO IPTU: JUSTIFICAÇÃO A PARTIR DA TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA DE JURGEN HABERMAS (Carolina Salbego Lisowski e Viviane Teixeira Dotto Coitinho)	106
NOTAS INTRODUTÓRIAS	107
O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO NA CONCEPÇÃO DE HABERMAS	107
ESTADO E SOCIEDADE: SITUAÇÃO DE INCLUSÃO OU DE EXCLUSÃO?	109
A CRISE DO ESTADO DE DIREITO	110
A DEMOCRACIA BASEADA NA AÇÃO COMUNICATIVA	111
O IPTU PROGRESSIVO E CAPACIDADE CONTRIBUTIVA: FATORES DE INCLUSÃO SOCIAL?	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS	122
ANÁLISE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 566.621/RS COMO PRECEDENTE OBRIGATÓRIO A FAVOR DA SEGURANÇA JURÍDICA: O PAPEL DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E A APROXIMAÇÃO DOS SISTEMAS DA COMMON LAW E DA CIVIL LAW NO RESPEITO AO PRECEDENTES DELA DERIVADOS (Luiz Carlos Gueseler Junior)	123
A IMPORTÂNCIA DOS PRECEDENTES NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E A APROXIMAÇÃO DO SISTEMA DA COMMON LAW COM A CIVIL LAW	124
A LEI COMPLEMENTAR 118/2005 E A INCONSTITUCIONALIDADE DO SEU ARTIGO 4.º E O JULGAMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 566.621/RS COMO PRECEDENTE	128
SEGURANÇA JURÍDICA COMO FUNDAMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 56621/RS	133
CONCLUSÕES	136
BIBLIOGRAFIA	137
A TEORIA DO FATO GERADOR E O ART. 150, §7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA DE 1988 (Ana Rita Nascimento Cabral e Carlos Araujo Leonetti)	139
INTRODUÇÃO	140
O PRECEITO CONSTITUCIONAL (ART. 150, § 7º) E SEU DESCOMPASSO COM AS REGRAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO VIGENTES	141
A RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA NO CONTEXTO DA PRESUNÇÃO GERADORA DE OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA	144
A RESTITUIÇÃO DO PAGAMENTO INDEVIDO QUANDO NÃO OCORRIDO FATO PRESUMIDO GERADOR DE OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA (REPARAÇÃO AO GRANDE MAL)	145
VIGÊNCIA, APLICAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	147
CONCLUSÃO	150
REFERÊNCIAS	151

A DINÂMICA DE APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DAS TAXAS SOB A PERSPECTIVA DA RAZOABILIDADE E PRATICIDADE (Antônio Carlos Diniz Murta e Fernando Bretas Vieira Porto)	153
INTRODUÇÃO	155
BREVE RELATO SOBRE AS TAXAS	156
CONSIDERAÇÕES FINAIS	181
REFERÊNCIAS	182
TRIBUTAÇÃO DAS SOCIEDADES DE FATO PRESTADORAS DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS PELO SISTEMA DE ARBITRAMENTO EM CASO DE IRREGULARIDADES DE DECLARAÇÃO DE RENDA (Antonio Carlos Lovato e Renato Lovato Neto)	184
INTRODUÇÃO	185
IDENTIFICAÇÃO DA NATUREZA SOCIETÁRIA DA ATIVIDADE DA ATIVIDADE EXERCIDA	186
NECESSIDADE DE APURAÇÃO DO RESULTADO PELO DE SISTEMA DE ARBITRAMENTO	189
O ARBITRAMENTO COMO SISTEMA PARA APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO NO IR DAS SOCIEDADES DE ADVOGADOS	197
CONCLUSÃO	201
REFERÊNCIAS	202
EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO: UMA ANÁLISE CRÍTICA (André Mendes Moreira e Alexandre de Castro Baroni)	204
INTRODUÇÃO	205
RELAÇÕES ENTRE DIREITO TRIBUTÁRIO E DIREITO PRIVADO E AS CAUSAS EXTINTIVAS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO: OS ARTS. 109 E 110 DO CTN	206
CLASSIFICAÇÃO DAS MODALIDADES EXTINTIVAS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	207
CAUSAS EXTINTIVAS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO NÃO PREVISTAS NO CTN	208
MODALIDADES DE EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO PREVISTAS NO CTN	211
CONCLUSÕES	229
REFERÊNCIA	229
O PROCESSO TRIBUTÁRIO E A VULNERABILIDADE DO CONTRIBUINTE (Marcella Gomes de Oliveira e Fernando Gustavo Knoerr)	232
INTRODUÇÃO	232
CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO TRIBUTÁRIO	233
A INVIOABILIDADE DO DIREITO DE DEFESA	236
LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO	237
PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO	240

PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO	246
VULNERABILIDADE DO CONTRIBUINTE	248
CONCLUSÃO	251
REFERÊNCIAS	252
A CONSTITUIÇÃO E O ICMS: AS OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS (Emanuel Fernando Castelli Ribas)	255
INTRODUÇÃO	255
DELIMITAÇÃO DO TEMA	256
A SUPREMACIA CONSTITUCIONAL E O ICMS	257
O ICMS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988	260
O ICMS E AS OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS	266
CONCLUSÕES	272
REFERÊNCIAS	274
DA RESTITUIÇÃO DO ICMS COBRADO A MAIS NA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA PROGRESSIVA (Joanna Paixão Pinto Rodrigues)	275
INTRODUÇÃO	276
ICMS	277
BASE DE CÁLCULO	278
DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA PROGRESSIVA	280
DO TRATAMENTO LEGAL DADO À SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA PROGRESSIVA NA LEGISLAÇÃO (OU DA INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL DAS LEIS QUE VERSAM SOBRE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA VIGENTES HOJE NO BRASIL)	285
DA RESTITUIÇÃO DO ICMS COBRADO A MAIS NA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA PROGRESSIVA	286
JULGAMENTOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL CONCERNENTES À RESTITUIÇÃO DO ICMS COBRADO A MAIS NOS CASOS DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA PROGRESSIVA	289
CONCLUSÃO	296

Caríssimo(a) Associado(a),

Apresento o livro do Grupo de Trabalho **Direito Tributário I**, do XXII Encontro Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), realizado no Centro Universitário Curitiba (UNICURUTIBA/PR), entre os dias 29 de maio e 1º de junho de 2013.

O evento propôs uma análise da atual Constituição brasileira e ocorreu num ambiente de balanço dos programas, dada a iminência da trienal CAPES-MEC. Passados quase 25 anos da promulgação da Carta Magna de 1988, a chamada Constituição Cidadã necessita uma reavaliação. Desde seus objetivos e desafios até novos mecanismos e concepções do direito, nossa Constituição demanda reflexões. Se o acesso à Justiça foi conquistado por parcela tradicionalmente excluída da cidadania, esses e outros brasileiros exigem hoje o ponto final do processo. Para tanto, basta observar as recorrentes emendas e consequentes novos parcelamentos das dívidas dos entes federativos, bem como o julgamento da chamada ADIN do calote dos precatórios. Cito apenas um dentre inúmeros casos que expõem os limites da Constituição de 1988. Sem dúvida, muitos debates e mesas realizados no XXII Encontro Nacional já antecipavam demandas que semanas mais tarde levariam milhões às ruas.

Com relação ao CONPEDI, consolidamos a marca de mais de 1.500 artigos submetidos, tanto nos encontros como em nossos congressos. Nesse sentido é evidente o aumento da produção na área, comprovável inclusive por outros indicadores. Vale salientar que apenas no âmbito desse encontro serão publicados 36 livros, num total de 784 artigos. Definimos a mudança dos Anais do CONPEDI para os atuais livros dos GTs – o que tem contribuído não apenas para o propósito de aumentar a pontuação dos programas, mas de reforçar as especificidades de nossa área, conforme amplamente debatido nos eventos.

Por outro lado, com o crescimento do número de artigos, surgem novos desafios a enfrentar, como o de (1) estudar novos modelos de apresentação dos trabalhos e o de (2) aumentar o número de avaliadores, comprometidos e pontuais. Nesse passo, quero agradecer a todos os 186 avaliadores que participaram deste processo e que, com competência, permitiram-nos entregar no prazo a avaliação aos associados. Também gostaria de parabenizar os autores

selecionados para apresentar seus trabalhos nos 36 GTs, pois a cada evento a escolha tem sido mais difícil.

Nosso PUBLICA DIREITO é uma ferramenta importante que vem sendo aperfeiçoada em pleno funcionamento, haja vista os raros momentos de que dispomos, ao longo do ano, para seu desenvolvimento. Não obstante, já está em fase de testes uma nova versão, melhorada, e que possibilitará sua utilização por nossos associados institucionais, tanto para revistas quanto para eventos.

O INDEXA é outra solução que será muito útil no futuro, na medida em que nosso comitê de área na CAPES/MEC já sinaliza a relevância do impacto nos critérios da trienal de 2016, assim como do *Qualis* 2013/2015. Sendo assim, seus benefícios para os programas serão sentidos já nesta avaliação, uma vez que implicará maior pontuação aos programas que inserirem seus dados.

Futuramente, o INDEXA permitirá estudos próprios e comparativos entre os programas, garantindo maior transparência e previsibilidade – em resumo, uma melhor fotografia da área do Direito. Destarte, tenho certeza de que será compensador o amplo esforço no preenchimento dos dados dos últimos três anos – principalmente dos grandes programas –, mesmo porque as falhas já foram catalogadas e sua correção será fundamental na elaboração da segunda versão, disponível em 2014.

Com relação ao segundo balanço, após inúmeras viagens e visitas a dezenas de programas neste triênio, estou convicto de que o expressivo resultado alcançado trará importantes conquistas. Dentre elas pode-se citar o aumento de programas com nota 04 e 05, além da grande possibilidade dos primeiros programas com nota 07. Em que pese as dificuldades, não é possível imaginar outro cenário que não o da valorização dos programas do Direito. Nesse sentido, importa registrar a grande liderança do professor Martônio, que soube conduzir a área com grande competência, diálogo, presença e honestidade. Com tal conjunto de elementos, já podemos comparar nossos números e critérios aos das demais áreas, o que será fundamental para a avaliação dos programas 06 e 07.

Com relação ao IPEA, cumpre ainda ressaltar que participamos, em Brasília, da III Conferência do Desenvolvimento (CODE), na qual o CONPEDI promoveu uma Mesa sobre o estado da arte do Direito e Desenvolvimento, além da apresentação de artigos de pesquisadores do Direito, criteriosamente selecionados. Sendo assim, em São Paulo lançaremos um novo livro com o resultado deste projeto, além de prosseguir o diálogo com o IPEA para futuras parcerias e editais para a área do Direito.

Não poderia concluir sem destacar o grande esforço da professora Viviane Coêlho de Séllos Knoerr e da equipe de organização do programa de Mestrado em Direito do UNICURITIBA, que por mais de um ano planejaram e executaram um grandioso encontro. Não foram poucos os desafios enfrentados e vencidos para a realização de um evento que agregou tantas pessoas em um cenário de tão elevado padrão de qualidade e sofisticada logística – e isso tudo sempre com enorme simpatia e procurando avançar ainda mais.

Curitiba, inverno de 2013.

Vladmir Oliveira da Silveira
Presidente do CONPEDI

Gracias por visitar este Libro Electrónico

Puedes leer la versión completa de este libro electrónico en diferentes formatos:

- HTML(Gratis / Disponible a todos los usuarios)
- PDF / TXT(Disponible a miembros V.I.P. Los miembros con una membresía básica pueden acceder hasta 5 libros electrónicos en formato PDF/TXT durante el mes.)
- Epub y Mobipocket (Exclusivos para miembros V.I.P.)

Para descargar este libro completo, tan solo seleccione el formato deseado, abajo:

